

Política e economia são mundos distintos, com fronteiras estanques, em que os fatos de uma esfera se superpõem à outra. Quando o infortúnio político se abate sobre uma nação, sua estrutura econômica instantaneamente reflete o impacto — e é preciso que novamente a vontade política se exerça dentro da coerência e com firmeza para que a vida econômica retome a normalidade e promova o desenvolvimento.

Ao longo dos três últimos anos o Brasil viveu uma experiência única de procura de aperfeiçoamento das suas instituições, num processo cujo coroamento ocorre esta semana com a promulgação da nova Constituição. A turbulência do processo político influiu no econômico e a sensação generalizada para os brasileiros, e para o mundo dos negócios em particular, foi de vácuo institucional e de desestruturação econômica.

Convém lembrar que ao longo desses anos tivemos, por força mesmo do processo político, das alianças partidárias, dos solavancos e cisões dentro do PMDB e do Executivo, uma sucessão de planos e propostas econômicas. Passamos de uma inflação herdada da velha República (mais de 100% ao ano) para um breve e fulgurante congelamento em que o Plano Cruzado apontou para uma estabilidade impossível. Mergulhamos, depois das eleições de 1986, na derrocada do Cruzado e na profunda decepção popular, com o fim das promessas de estabilidade dos preços, sem o crescimento continuado do Produto Interno Bruto. E chegamos, afinal, ao ponto onde nos encontramos hoje.

É uma longa caminhada para uma democracia relativamente jovem, cujo exercício fundamental consistiu em produzir a moldura mínima sobre a qual as instituições serão reformuladas, e outras sedimentadas. A turbulência dos meses e anos passados decorreu em larga medida da falta dessa moldura, refletindo as pressões de todos os segmentos da sociedade que desejaram influir no processo constituinte, às vezes ameaçando levá-lo para caminhos radicais, de um lado e de outro do espectro econômico.

Agindo e interagindo, fatores políticos e econômicos caminham esta semana para um novo patamar. O que é importante, o que é fundamental neste momento e neste semana é a volta da moldura institucional mínima sobre a qual as leis, os direitos e os deveres dos cidadãos, das pessoas físicas e jurídicas, serão elaborados ou ajustados.

Isso é importantíssimo para a vida econômica, pois ninguém põe em risco, em sua consciência, um único centavo quando as molduras são vagas, imprecisas, distantes. O que o país passa a viver a partir desta semana, em termos econômicos, está definido no fundamental, no texto básico. Trabalhadores, empregadores, investidores sabem todos quais os limites mínimos de direitos e deveres. Concordem ou não, eles estarão visíveis e claros com a nova moldura constitucional. Como dar os próximos passos?

A imprecisão passada na moldura institucional brasileira e a intensa rotatividade de planos, projetos e propostas econômicas são responsáveis pelo agudo processo inflacionário que o Brasil vive hoje. As empresas privadas preferiram manter suas caixas no *overnight*, refletindo um desejo generalizado de liquidez, isto é, de poder retirar a qualquer momento seus cruzados de uma conta para outra, porque o ambiente político era cambiante. Pressões sobre o capital estrangeiro inibiram os investimentos externos, reduzindo a poupança disponível. Pressões para uma indexação generalizada da economia provocaram folhas de salário em espiral permanente, acelerando a corrida entre salários e preços. Pressões de estados e municípios, para consumirem, exacerbaram ainda mais os gastos públicos. Empresas estatais deficitárias e um funcionalismo insaciável juntaram-se para criar a economia, onde todos os cruzados disponíveis giram a curtíssimo prazo. A economia brasileira, que viveu três anos desinstitucionalizada, desestruturou também o seu sistema de poupança, passando a viver no *overnight*. Como sair disso?

O primeiro passo para a economia, que se irá inaugurar depois da Constituição, deve ser no sentido de reorientar a poupança nacional. Vamos tirar o Brasil do *overnight*, iniciando um processo de reestruturação econômica, da mesma forma que a Constituição produz a moldura mínima sobre a qual direitos e deveres se estabelecem.

Não há, evidentemente, como isolar o problema da poupança nacional em relação ao problema maior da poupança externa, e é preciso reconhecer, também, as dificuldades que ocorrem nos países ricos ou no bloco socialista. O que há, hoje, é uma grande disputa pela poupança disponível: em 1980 os países ricos poupavam 22,5% do Produto Interno Bruto. Nesse mesmo ano, a América Latina poupava 23,5% do PIB. Em 1987 os países ricos reduziram sua taxa de poupança para 20,5% e a América Latina para 19%. Estima-se, agora, que a taxa de poupança brasileira em comparação com o PIB tenha descido para cerca de 16%, os mais baixos níveis em várias décadas.

Pior do que a redução na taxa de poupança é sua apropriação, isto é, quem fica com o dinheiro. Nações capitalistas como os Estados Unidos não estão de fora do problema, quando comparados com outros países onde o Estado interferiu menos nas empresas ou acumulou déficits públicos menores.

Foi o acúmulo de déficits nos Estados Unidos que empurrou 55% da poupança financeira desse país para empréstimos públicos. O Japão, que praticou uma política de austeridade, sugou 1 e meio por cento, apenas para a caixa do governo. Não é por acaso que o Japão se transformou no maior exportador de capital, na economia mais próspera, e seus bancos saltaram na frente do sistema financeiro mundial.

O que acontece com o Brasil? Neste país, mais de duas terças partes da poupança financeira disponível acabam nas mãos do governo, que gira a maior parte de sua dívida no *overnight*. Quem fabrica, quem faz o *overnight* é o governo, que obrigou o sistema financeiro nacional a se aparelhar e se tornar eficiente para captar o dinheiro de que a máquina estatal precisa para financiar suas pilhas de déficits. Para um Produto Interno Bruto estimado em 325 bilhões de dólares em 1987, o saldo médio da dívida representava 46%. Atualmente, a dívida interna situa-se em torno de 67 bilhões de dólares.

O Brasil pós-Constituição precisa descobrir uma forma de aumentar a poupança disponível para investimentos a longo prazo, em atividades produtivas, e não há outra forma saudável de se fazer isso a não ser mudando o fluxo do dinheiro e sua orientação. Quem vai aplicar os cruzados disponíveis é tão importante quanto a soma a ser aplicada, senão mais. O grande desastre nacional é a concentração da poupança em aplicações financeiras, em dinheiro para crédito, em rotatividade de caixa a curtíssimo prazo, quando o que se necessita é capital fixo, e a longo prazo. Hoje, o gerente da poupança é um burocrata. E a burocracia, em todas as partes do mundo, investe mal, investe com superproteção do Estado, e investe sem nenhum sentido de risco. Quem paga por um investimento fracassado não é o burocrata que tomou a decisão: é o povo, é o contribuinte direto ou indireto. E a inflação reflete tudo isso, a começar pelo desamontoamento da poupança e sua alta concentração nas mãos do governo.

Enquanto o Brasil discutia e votava a sua Constituição, o problema do Estado brasileiro ficou ao largo, e só a partir da chamada Operação Desmonte começou-se a atacar o problema do excesso de apropriação de dinheiro pelo setor público. A Constituição não resolve esse problema. Seu grande mérito é oferecer ao país, aos cidadãos e às empresas a moldura institucional mínima em cima da qual se devem começar com urgência as batalhas pela modernidade econômica.

A semana passada foi a última antes do ambiente empresarial se reencontrar com aquilo que a longa discussão da Constituinte deixou na prateleira: o sentido de estabilidade jurídico-legal nos seus conceitos econômicos fundamentais. É preciso aproveitar esse riquíssimo momento da vida nacional para dar o próximo passo, que é a instalação de uma ordem econômica onde se restaure conceitos tais como produtividade e competitividade, palavras magramente tratadas, ou simplesmente esquecidas na nova Ordem Econômica.

O que convencionamos chamar de Nova República não pode ser responsabilizado integralmente pelo superdimensionamento do Estado na vida brasileira, ainda quando os partidos que chegaram ao poder tenham-se associado às empresas públicas com um apetite que frustrou a sua modernização e viciou os seus quadros. Não é possível reconstruir a economia brasileira com todos tentando pular para dentro do Estado e das estatais, até porque o Estado brasileiro não tem mais dinheiro, além de ter chegado aos limites máximos do seu endividamento. A formação bruta de capital fixo no país vem caindo na mesma proporção em que o Estado se endivida e a burocracia comanda o destino do dinheiro. Em 1986 havia índices de crescimento de 20% na formação bruta de capital fixo. Este ano, há quedas de quase 10%. O Estado inchou, tornou-se maior, influi mais na vida econômica, e os investimentos caíram.

O presidente Sarney está prestigiando diretamente os processos de abertura e a democratização do capital das empresas públicas. O caminho certo é esse. Empresas estatais cujo capital seja efetivamente democratizado podem-se somar a empresas privadas na disputa pelo capital fixo sob diferentes modalidades. O sistema financeiro que se aparelhou para atuar no *overnight* precisa aproveitar as enormes máquinas montadas para atuar no investimento de longo prazo, nos processos de debenturização de dívidas e de alongamento do perfil dos investimentos.

Esse sistema está pronto, é eficiente, mas não pode agir se a questão maior, que é a abertura e a democratização do capital das empresas públicas, não for tocado. Enquanto a burocracia continuar comandando as decisões, o máximo que pode acontecer é a mudança do perfil do endividamento, sem que se ataquem suas causas principais, e sem que se restaure a competitividade na vida econômica. Choques ortodoxos ou heterodoxos podem-se repetir e revezar, mas a causa fundamental da inflação continuará intocada. A matriz do déficit público continuará gerando contas a pagar, faturas gordas e dívidas em espiral. O Brasil não sairá do *overnight* sem pensar em competitividade e produtividade. É preciso usar a moldura mínima de institucionalização oferecida pela nova Constituição brasileira para dar esse salto além do *overnight*. E rápido.